

Guerra Fria hoje é só na reserva de mercado

WALTER SOTOMAYOR

Um incidente envolvendo o então vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, durante a sua visita a Caracas, em 1957, quando foi apedrejado por multidões enfurecidas, é um ponto de partida para se entender a situação internacional nos anos 60. O mundo vivia o auge da guerra fria que, na América Latina, provocou ao final da década uma polarização de idéias e, em consequência, a luta armada e as ditaduras militares.

Depois do incidente com Nixon, o presidente Juscélio Kubitschek escreveu uma carta a seu colega americano Dwight Eisenhower, um general vitorioso da Segunda Guerra Mundial, com uma reflexão sobre os perigos do ressentimento que se seguiu ao incidente da Venezuela, e uma sugestão para que Washington olhasse em direção à América Latina. Eisenhower não deu maior importância à carta, mas Juscélio insistiu na idéia de dar sentido à política dos Estados Unidos na América Latina durante uma reunião presidencial realizada no Panamá.

As idéias de Juscélio só tiveram ressonância no governo de John Kennedy, que iniciou um programa de ajuda ao hemisfério a um custo de 20 bilhões de dólares. Quem conta esses fatos é um jornalista que acompanhou o dia-a-dia da política externa nesses anos: Octávio Bonfim. Ele lembra datas, nomes, e até diálogos entre autoridades da época. O jornalista recorda que Jânio Quadros, ainda candidato, deu mostras de que buscava melhores relações com os países em desenvolvimento ou do Terceiro Mundo.

"Apenas empossado, Jânio deu instruções ao Itamarati para que fizesse estudos visando o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e anunciou que não atrelaria o Brasil à política (então) colonialista de Portugal", lembra Bonfim. O anúncio de mudanças na política externa seria feito na abertura do período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas (na segunda quinzena de setembro), mas a condecoração ao ministro das Indústrias de Cuba, Ernesto Che Guevara, a 19 de agosto, numa cerimônia improvisada em Brasília, precipitou o clima de sua renúncia seis dias depois. Jânio, eleito em 1960, buscava ser um líder do Terceiro Mundo, como o egípcio Gamal Abdel Nasser. Um diplomata que serviu no palácio presidencial do Catete, no Rio de Janeiro, como assessor do Gabinete Civil, durante o governo de Juscélio, lembra o incidente de Caracas, provocado pelos planos de ajustamento econômico, e essa época que se caracterizou como "um período de grande criatividade". Nesses anos foi criado o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como uma tentativa de levar à prática o que até então era retórica de cooperação. O diplomata lembra que em 1959 Juscélio rompeu com o Fundo Monetário Internacional (FMI): "Pouca coisa mudou de lá pra cá".

Esse jovem diplomata é o atual secretário-geral do Itamarati, Paulo Tarso Flecha de Lima, que também lembra a iniciativa do presidente Kennedy, a **Aliança para o Progresso**, como algo "evado de certo componente paternalista". Uma mudança fundamental apontada pelo embaixador é o salto das exportações de 1,2 bilhão para quase 34 bilhões de dólares, ainda que o dólar não seja o mesmo. "Mais importante em termos da nossa inserção internacional foi a redução da nossa dependência (de exportação) de produtos primários". O café representava há 30 anos 60 por

cento das exportações e hoje não chega a 7 por cento.

Durante o governo parlamentarista, o chanceler Francisco Clementino, de San Thiago Dantas, tentou dar organização política às idéias terceiro-mundistas de Jânio, mas o Brasil continuou apoiando a política salazarista na África, supostamente porque o Partido Trabalhista Brasileiro, no poder, recebia recursos portugueses em troca do apoio. Entretanto, o Brasil foi um dos cinco países (junto com Argentina, México, Bolívia e Chile) que se opuseram à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), solicitada pelo governo da Venezuela.

A partir de 1964 a política externa do Brasil atrelou-se totalmente a Washington, acentuando essa polarização internacional que se manifestava internamente em cada país. É do chanceler do general Humberto Castello Branco, Juracy Magalhães, a célebre frase que marcaria toda essa época: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". O Brasil rompeu com Cuba e participou na invasão da República Dominicana para evitar a ascensão de um regime de esquerda nesse país e congelou relações com os países do Leste Europeu.

Essa política começou a mudar em 1977, durante o governo do general Ernesto Geisel, que acabou com o chamado alinhamento automático da política externa brasileira com as posições dos Estados Unidos. Os interesses brasileiros foram se distanciando dos americanos, especialmente no campo comercial, onde se observa hoje uma relação essencialmente conflitiva.

Nos últimos 30 anos diminuiu a elevada dependência do comércio exterior brasileiro em relação aos Estados Unidos como resultado de uma política, iniciada durante o regime militar, destinada a diversificar as opções externas, além de uma extraordinária diversificação da oferta exportável. Em 1960 as exportações do Brasil para o mercado norte-americano representavam quase 45 por cento das vendas externas; em 1988 representaram 25 por cento.

Os doze países da Comunidade Econômica Européia, hoje o maior parceiro comercial do Brasil, com um intercâmbio superior a 12,5 bilhões de dólares no ano passado, era incipiente há trinta anos, pois o continente vivia o grande esforço da reconstrução pós guerra. Mas os Estados Unidos tiveram um intercâmbio comercial de 11,8 bilhões de dólares, individualmente o maior parceiro brasileiro.

"A relação amadureceu, cresceu, expandiu-se e diversificou-se muito", disse Paulo Tarso, comparando os anos 60 e as relações atuais. "Nós hoje temos uma relação mais independente, um diálogo paritário e mais ativo", observa. O embaixador aponta para a importante presença comercial brasileira, que criou muitos interesses no Brasil, mesmo que não condicione a política externa.

Nos anos 90, segundo o embaixador, "o nosso grande desafio é o acesso à modernização tecnológica. Nós conseguimos desenvolver um grau de sofisticação industrial que impõe uma clara necessidade de nos atualizarmos tecnologicamente e encontrarmos um termo de diálogo com os geradores de tecnologia".

Na próxima década a política externa brasileira procurará esse acesso que permita a modernização tecnológica em um contexto de comércio internacional mais aberto e numa perspectiva de cooperação. A articulação em torno da unidade latino-americana foi um objetivo político acelerado nos últimos oito anos de crise da dívida externa, embora os seus resultados sejam muito pequenos.